



## **MATERNIDADE MUNICIPAL DE PERUÍBE**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO  
DE  
2021

## ÍNDICE

Página(s)

Balanco Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 16



Página | 1

**BALANÇO PATRIMONIAL  
DO EXERCÍCIO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
(em Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	<b>4</b>	12.606,74	1.781.688,41
Adiantamento para Despesas		486,00	-
Impostos Recuperáveis		660,00	-
Créditos de Contratos	<b>5</b>	3.018.620,04	176.289,63
		<b>3.032.372,78</b>	<b>1.957.978,04</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	<b>6</b>	457.595,49	351.899,07
Intangível	<b>7</b>	2.463,44	3.079,28
		<b>460.058,93</b>	<b>354.978,35</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.492.431,71</b>	<b>2.312.956,39</b>

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		831.424,45	364.361,98
Obrigações Trabalhistas	<b>8</b>	247.346,11	205.275,38
Obrigações Sociais e Fiscais	<b>9</b>	114.458,43	70.900,31
Provisões para Férias e Encargos	<b>10</b>	378.442,77	49.060,90
		<b>1.571.671,76</b>	<b>689.598,57</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Recursos Governamentais a Realizar	<b>11</b>	172.036,04	172.036,04
Bens Públicos em nosso poder	<b>12</b>	460.058,93	354.978,35
		<b>632.094,97</b>	<b>527.014,39</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio Social		1.096.343,43	-
Superávit do Exercício		192.321,55	1.096.343,43
		<b>1.288.664,98</b>	<b>1.096.343,43</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.492.431,71</b>	<b>2.312.956,39</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
DO EXERCÍCIO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
(em Reais)

	<b>Notas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>RECEITAS LÍQUIDAS</b>	<b>13</b>	<b>(14.451.401,88)</b>	<b>2.471.666,06</b>
Contrato de Gestão nº 142/2020	<b>14</b>	14.556.482,43	2.826.644,41
Realização de Bens Públicos em nosso poder		61.990,93	1.854,50
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado		(167.071,48)	(356.832,85)
<b>CUSTOS</b>		<b>(12.828.801,73)</b>	<b>(1.321.031,30)</b>
Pessoal e Reflexos	<b>16</b>	(4.626.450,69)	(530.235,44)
Serviços Terceirizados	<b>17</b>	(7.169.461,20)	(388.915,46)
Medicamentos e Materiais de Consumo	<b>18</b>	(1.032.889,84)	(401.880,40)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	<b>23</b>	(938.481,78)	(110.981,19)
(-) Isenção da CPP Usufruída	<b>23</b>	938.481,78	110.981,19
<b>(=) RESULTADO BRUTO</b>		<b>1.622.600,15</b>	<b>1.150.634,76</b>
<b>DESPESAS</b>		<b>(1.450.590,99)</b>	<b>(65.358,71)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.604,80)	-
Despesas Gerais	<b>19</b>	(1.448.986,19)	(65.358,71)
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>1.401,03</b>	<b>11.593,52</b>
Outras Receitas		1.401,03	11.593,52
<b>(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS</b>		<b>173.410,19</b>	<b>1.096.869,57</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>15</b>	<b>18.911,36</b>	<b>(526,14)</b>
Receitas Financeiras		26.249,57	118,17
Despesas Financeiras		(7.338,21)	(644,31)
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>		<b>192.321,55</b>	<b>1.096.343,43</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	-	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	1.096.343,43	1.096.343,43
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	<b>1.096.343,43</b>	<b>1.096.343,43</b>
Incorporação do Superávit/Déficit	1.096.343,43	(1.096.343,43)	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	192.321,55	192.321,55
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.096.343,43</b>	<b>192.321,55</b>	<b>1.288.664,98</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
DO EXERCÍCIO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(em Reais)**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit / (Déficit) do Exercício	192.321,55	1.096.343,43
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos para Despesas	(486,00)	-
Impostos Recuperáveis	(660,00)	-
Créditos com Convênios	(2.842.330,41)	(176.289,63)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	467.062,47	364.361,98
Obrigações Trabalhistas	42.070,73	205.275,38
Obrigações Sociais e Fiscais	43.558,12	70.900,31
Provisões para Férias e Encargos	329.381,87	49.060,90
Recursos Governamentais a Realizar	-	172.036,04
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>(1.769.081,67)</b>	<b>1.781.688,41</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(138.045,80)	(356.832,85)
Baixa de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(29.025,68)	-
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento</b>	<b>(167.071,48)</b>	<b>(356.832,85)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	167.071,48	356.832,85
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento</b>	<b>167.071,48</b>	<b>356.832,85</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(1.769.081,67)</b>	<b>1.781.688,41</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Disponibilidades no Início do Exercício	1.781.688,41	-
Disponibilidades no Final do Exercício	12.606,74	1.781.688,41
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(1.769.081,67)</b>	<b>1.781.688,41</b>

explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(em Reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa.

O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe** o Contrato de Gestão nº 142/2020, celebrado em 03 de novembro de 2020, visando operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde na **Maternidade Municipal de Peruíbe**.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.

## 2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.



### 2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

### 2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis.

### 3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021.



### 3.b) Imobilizado (quando aplicável):

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes em 2021, mantendo as taxas definidas em 2020. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
  - Benfeitorias em imóveis de terceiros: 25 anos;
  - Instalações: 10 anos;
  - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
  - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
  - Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos;
  - Móveis e utensílios: 10 anos.

### 3.c) Intangível (quando aplicável):

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

### 3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

### 3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que

possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **3.f) Patrimônio líquido:**

Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

### **3.g) Receitas:**

As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

### **3.h) Despesas:**

As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

### **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

### **3.j) Apuração do resultado:**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.



#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
<b>BANCOS – CONTAS MOVIMENTO</b>		
Banco do Brasil S.A.	4.740,82	315,06
Banco Santander Brasil S.A.	255,50	-
<b>BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>		
Banco do Brasil S.A.	-	1.545.064,04
Banco Santander (Brasil) S.A.	7.610,42	236.309,31
	<b>12.606,74</b>	<b>1.781.688,41</b>

#### 5. CRÉDITOS DE CONTRATOS

	2021	2020
Contrato de Gestão nº 142/2020	3.018.620,04	176.289,63
	<b>3.018.620,04</b>	<b>176.289,63</b>

#### 6. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2021	2020
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4%	163.741,79	163.741,79
Instalações	10%	1.400,00	1.400,00
Máquinas e Equipamentos	10%	34.570,00	3.700,00
Equipamentos de Uso Médico	10%	7.085,15	5.460,00
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	143.256,46	29.409,70
Móveis e Utensílios	10%	140.791,68	150.042,08
(-) Depreciação Acumulada		(33.249,59)	(1.854,50)
		<b>457.595,49</b>	<b>351.899,07</b>

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.



## 7. INTANGÍVEL

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2021	2020
Direitos de Uso de Sistemas (-) Depreciação Acumulada	20%	3.079,28 (615,84)	3.079,28
		<b>2.463,44</b>	<b>3.079,28</b>

## 8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2021	2020
Salários a Pagar	247.346,11	205.275,38
	<b>247.346,11</b>	<b>205.275,38</b>

## 9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2021	2020
INSS sobre Salários a Recolher	13.181,20	21.000,25
INSS sobre Autônomos a Recolher	-	1.220,21
FGTS a Recolher	33.271,00	19.779,64
IRRF sobre Salários a Recolher	24.851,00	6.220,18
IRRF sobre Autônomos a Recolher	-	857,58
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	9.121,58	3.641,72
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	28.598,64	11.459,66
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	3.477,13	2.721,02
ISS sobre Autônomos a Recolher	-	150,00
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	1.957,88	3.850,05
	<b>114.458,43</b>	<b>70.900,31</b>

## 10. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	2021	2020
Provisão para Férias	350.434,50	45.427,13
Provisão para FGTS sobre Férias	28.008,27	3.633,77
	<b>378.442,77</b>	<b>49.060,90</b>

**11. RECURSOS GOVERNAMENTAIS A REALIZAR**

	2021	2020
Secretaria Municipal de Saúde de Peruíbe	172.036,04	172.036,04
	<b>172.036,04</b>	<b>172.036,04</b>

Sob a rubrica de "Recursos Governamentais a Realizar" se encontra o saldo remanescente de recursos recebidos da Secretaria Municipal de Saúde de Peruíbe, destinados à investimento em imobilizado.

**12. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER**

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 460.058,93 em 2021 e R\$ 354.978,35 em 2020, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde de Peruíbe para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

**13. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

**14. RECEITA COM CONTRATO DE GESTÃO**

	2021	2020
Contrato 142/2020	14.556.482,43	2.826.644,41
	<b>14.556.482,43</b>	<b>2.826.644,41</b>

## 15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Rendimentos de Aplicações Financeiras	26.248,50	88,17
Descontos Obtidos	1,07	30,00
(-) Tarifas Bancárias	(1.451,05)	(612,75)
(-) Juros e Mora de Fornecedores	(1.057,80)	(31,36)
(-) Juros e Multas sobre Impostos	(4.829,36)	(0,20)
	<b>18.911,36</b>	<b>(526,14)</b>

## 16. PESSOAL E REFLEXOS

	2021	2020
Ordenados e adicionais	3.051.386,68	368.949,34
13º Salários	237.723,57	32.618,22
Férias	305.733,97	45.584,81
Indenizações e Avisos Prévios	67.224,48	197,10
Benefícios	667.535,74	47.775,27
Contribuições ao FGTS	296.846,25	35.110,70
	<b>4.626.450,69</b>	<b>530.235,44</b>

## 17. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2021	2020
Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas	5.586.023,60	238.288,50
Serviços Médicos – Pessoas Físicas	23.480,00	7.500,00
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	1.559.957,60	143.126,96
	<b>7.169.461,20</b>	<b>388.915,46</b>

## 18. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2021	2020
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	337.945,83	357.720,44
Materiais de Consumo	632.273,57	17.791,35
Materiais de Conservação	33.220,43	26.148,61
Outros Materiais e Insumos	29.450,01	220,00
	<b>1.032.889,84</b>	<b>401.880,40</b>

**19. DESPESAS GERAIS**

	2021	2020
Contas de Consumo (Telefone e Internet)	16.025,00	-
Aluguéis de Equipamentos e Aparelhos	741.571,4	50.308,71
Aluguéis de Móveis e Utensílios	122.913,31	12.260,00
Eventos	4.193,25	-
Publicidade	160,00	-
Lanches e Refeições	45.496,20	-
Despesas Institucionais	468.155,19	-
Bens não Imobilizados	16.702,11	163,23
Amortizações e Depreciações	32.961,93	1.854,50
Outras Despesas Gerais	807,80	772,27
	<b>1.448.986,19</b>	<b>65.358,71</b>

**20. COBERTURAS DE SEGUROS**

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

**21. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS**

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

**22. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)**

O CEJAM, através da Portaria nº 352, de 30 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2021, edição 66, seção 1, página 184, em consideração ao Parecer

Técnico nº 243/2021-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.196436/2015-19/MS, possui o **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)** renovado, com validade pelo período de **30 de novembro de 2015 a 29 de novembro de 2018**.

Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida à entidade a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**.

Em cumprimento à legislação e demais regulamentações vigentes, tempestivamente, em 16 de novembro de 2021 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.167752/2021-13, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que:

*"§2º - A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado."*

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária.

## 23. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2021 foi de R\$ 938.481,78 e R\$ 110.981,19 está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2021	2020
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	933.785,78	109.481,19
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	4.696,00	1.500,00
(-) Isenção Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(933.785,78)	(109.481,19)
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas	(4.696,00)	(1.500,00)
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.167752/2021-13.

## 24. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

**Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

**PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

**COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

**Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Peruíbe (SP), 31 de dezembro de 2021.



**Dr. Mário Santoro Junior**  
Gerente de Desenvolvimento Institucional



**Alexandre Papi**  
Contador CRC nº 1SP130223/O-3